



PONTOS
CONTRA

* Graduada em Letras e Jornalismo, Mestre em Educação, tem experiência como professor de Português/Redação e em imprensa escrita. E-mail: elizetec@hotmail.com

Correspondência:
SQN 402 Bloco
E Aptª 306 – Asa
Norte. Brasília – DF -
Cep:70834-050

O DISLÉXICO COMO SUJEITO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

THE DYSLEXIC STUDENT AS A SUBJECT OF THE
TEACHING-LEARNING PROCESS

Elizete Cristina de Souza*

Resumo

Este artigo procura apresentar idéias acerca da complexidade do processo ensino-aprendizagem, em que o sujeito seja disléxico. A dislexia, dessa forma, está vinculada ao entendimento do ser humano, o que envolve indagações sobre quem somos; como se processa a memória e, conseqüentemente, o pensamento/linguagem; como aprendemos e do porquê das dificuldades no processo individual de aprendizado, o que representa um dos desafios deste século. Os operadores cognitivos são utilizados, no texto, para realçar o que propomos para aprimorar o processo de aprendizagem. Por meio deles, visamos a uma política pública de inclusão e de respeito às diferenças individuais dos disléxicos. Recomenda-se, assim, mudança na formação inicial em que se propiciem momentos de reflexão dos futuros docentes para viabilidade de currículos mais flexíveis e de práticas inovadoras que atendam às necessidades dos estudantes disléxicos.

Abstract

This article seeks to present ideas about the complexity of the teaching-learning process in which the subject is dyslexic. Dyslexia is linked to the understanding of the human being, which involves questions about who we are, how the memory, and consequently thought/language are processed, how we learn, and the reasons for difficulties in the learning process of the individual, which is one of the challenges of this century. Cognitive operators are used in the text to highlight our proposal for improving the learning process. Through these operations, we promote a public policy of inclusion and respect for the individual differences of dyslexic students. Thus, a change is recommended in the initial training, providing moments of reflection for teachers on the future feasibility of more flexible curricula and innovative practices that will meet the needs of dyslexic students.

Artigo recebido em
13/08/2008
Aprovado em
06/11/2008

Palavras-chave

Dislexia. Complexidade. Operadores cognitivos. Políticas públicas. Inclusão.

Key Words

Dyslexia; Complexity. Cognitive operators. Public policies. Inclusion.

Este texto discute o problema da falta de políticas de inclusão para estudantes disléxicos. Além disso, visa oferecer subsídios e sugestões aos educadores, especialmente aos docentes da Língua Materna, por meio das diferentes abordagens sobre o tema, dentro da perspectiva do pensamento complexo de interação sujeito-objeto, de modo que se conserve a individualidade e as diferenças do discente. A instituição escolar precisa aprender a conviver com a diversidade e a pluralidade e ressignificar os paradigmas hoje existentes.

Embora a dislexia não tenha cura, o bom desempenho desses alunos depende dos profissionais da educação, mas, em especial, da relação estabelecida entre os professores e os estudantes disléxicos no processo de ensino-aprendizagem, pois ninguém é multiplicador, cada um reconstrói o conhecimento. Esse pensamento está ligado à ética da solidariedade e da política de que trata Morin (1997, p. 22). “Essa ética se explicita ao compreender que cada ser humano é múltiplo em sua unidade, que ele mesmo pode viver situações que o fazem pegar outro caminho, pois há uma circularidade num conflito.” Contudo, para que isso seja possível, o educador deve sair da formação inicial com pensamento voltado para a aprendizagem integradora, como sugerem Moraes e Torre (2004), a partir da experiência dos disléxicos, respeitando sua maneira particular de ver e entender o mundo, os seus vários olhares sobre as coisas e o mundo. Baseamo-nos em operadores cognitivos do pensamento complexo, elaborados por Morin e seguidos por vários estudiosos. Assim, percebe-se que

A cognição é o ato de adquirir o conhecimento. O conhecimento é o resultado da cognição: é a tomada de consciência. Os operadores cognitivos facilitam a colocação em prática do pensamento complexo. Fazem com



PONTOS
CONTRA

que raciocinemos de outro modo e, com isso, permitem que cheguemos a resultados diferentes dos habituais. Sua utilização permite estabelecer o diálogo entre os pensamentos linear e sistêmico, isto é, facilita a religação de saberes oriundos desses dois modos de pensar. Por isso, são também chamados de operadores de religação. (MARIOTTI, 2007).

Segundo Mariotti (2007), a “circularidade”, ou *feedback*, traduz a capacidade de um sistema para manter-se em equilíbrio diante das variações do meio, o que conduz à idéia de que amplia a relação entre conceito, técnica e resultado, pois um realimenta o outro. Isso leva ao entendimento de que o disléxico não deve ser julgado apenas pelo resultado de seu trabalho acadêmico, pois se deve levar em conta as diferenças, além de entender que os fins não justificam os meios. É preciso, portanto, avaliar os esforços dos alunos, sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, e pensar que as certezas são provisórias e que, portanto, há necessidade da busca constante.

A escola precisa estar aberta às diferenças sem padronizar comportamentos e entender que o estudante pode errar, visto que seja uma etapa do processo de conhecimento. Deve haver interdependência entre o professor e o aluno. O diálogo deve ser estimulado para que o indivíduo disléxico possa emergir os processos mentais de seu cérebro. Esses processos chegam à sociedade sob forma de idéias e ações, interagindo com conceitos elaborados por outras mentes. Nesse sentido, a “recursividade” de saberes, em que há interação contínua entre sujeito e objeto, torna-se crucial, visto que, a partir do conhecimento adquirido pelos estudantes em sala de aula, ocorrem resultados em forma de mudanças no meio ambiente.

Para que haja de fato uma “circularidade produtiva”, a relação entre professor e aluno não pode ser linear, pois impossibilitaria a expansão do pensamento, visto que o próprio efeito volta à causa. Deve, portanto, haver troca de idéias, para que, em conjunto, possa-se provocar resultados e mudanças que requerem competência teórica, pedagógica e ética. “Não se trata de uma relação em que um age e os outros recebem passivamente a ação, mas sim de uma “circularidade complexa”, na qual intervêm variáveis que estão num lado, no outro e no ambiente [...]. O líder se ajusta aos liderados, que se ajustam aos líderes.” (MARIOTTI, 2007, p. 6).

O “operador dialógico” seria de grande relevância para possibilitar a interação sujeito/objeto. Por meio do diálogo entre posições contrárias, é possível extrair





PONTOS CONTRA

resultados significativos para a transformação dos indivíduos envolvidos e da comunidade. Mas Morin (in Mariotti, 2007) nos alerta que nem sempre é possível resolver todas as contradições e que, em muitos casos, é preciso conviver com elas, tornando-se “opostos simultaneamente antagônicos e complementares”. Nesse caso, deve-se integrar o observador à sua observação e o conhecer ao conhecimento.

A “interação sujeito-objeto” é um fator a ser considerado na complexidade em que se encontra o estudante disléxico. O docente precisa refletir sobre a maneira particular com que cada aluno assimila um conteúdo, pois Mariotti afirma que a percepção, ainda que seja estruturalmente ou operativamente a mesma para todos os indivíduos de uma mesma espécie, seus sentidos internos, subjetivos, dependem das peculiaridades de cada um, ou seja, estão relacionados à estrutura individual, em especial, à do sistema nervoso. O autor observa ainda que “essa estrutura é complexa: em sua constituição entram fatores como a educação, a cultura, o contexto histórico-social e nossas emoções num dado instante.” (p. 15).

Constatam-se vários aspectos do discente que devem ser diagnosticados e tratados do decorrer no ano letivo, paralelamente ao conteúdo programático a ser ministrado. Ainda que esse distúrbio tenha base biológica, na maioria dos casos, expressa-se, no contexto escolar, por meio de fatores emocionais, que podem abalar a auto-estima do aluno, levando-o à evasão escolar ou reprovação.

A urgência de uma política pública

A literatura especializada tem destacado uma série de fatores que podem ser responsabilizados pelo fraco desempenho dos alunos da educação básica. Entre os fatores recorrentemente lembrados, cita-se a má formação dos professores ou a sua falta de motivação para o desempenho de suas funções; a falta de equipamentos e materiais instrucionais adequados nas escolas; a inércia dos gestores das escolas em adotar metodologias e promover atividades que estimulem o aprendizado dos alunos, especialmente quando esse possui algum distúrbio.

Cerca de 10% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Isso leva à necessidade de se





PONTOS
CONTRA

pensar em políticas públicas eficientes para o ensino especial. A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica uma definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionais planejadas, implementadas e avaliadas. Nesse sentido, a implantação de propostas com vistas à construção desse tipo de educação no Brasil requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores nas metodologias educacionais. Porém, são necessárias ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

O movimento pela inclusão se constitui numa postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las. Consolida-se, assim, um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças ao promover a necessária transformação da escola e das alternativas pedagógicas, com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas regulares.

Em verdade, a dificuldade de aprendizagem é um problema complexo, que envolve uma série de situações, algumas delas de difícil diagnóstico e/ou ainda pouco estudadas. Compõem este quadro a Síndrome de Down, o déficit cognitivo, a discalculia e, principalmente, a dislexia, que, segundo estimativa da International Dyslexia Assotiation (IDA), pode atingir de 15% a 20% dos alunos numa sala de aula.

A dislexia tem base neurológica e há uma incidência expressiva de fator genético em suas causas, transmitido por um gene de uma pequena ramificação do cromossomo 6 que, por ser dominante, torna o distúrbio altamente hereditário. Além disso, o dislético tem a área específica de seu hemisfério cerebral lateral-direito mais desenvolvida do que leitores considerados “normais”. Essa condição justificaria o destaque de disléticos em áreas relacionadas à sensibilidade, artes, atletismo, mecânica, visualização em três dimensões, criatividade na solução de problemas e habilidades intuitivas.

Embora tenhamos em destaque a criatividade do dislético, o distúrbio traz prejuízos à vida escolar e afetiva dos seus portadores, bem como afeta a administração escolar, que teria de proceder a um esforço adicional para garantir, em princípio, um desempenho mínimo de todos os alunos. Em que pese o percentual relativamente elevado de portadores do distúrbio, especialmente na rede pública de ensino, pouca atenção lhe tem sido dispensada, a começar pela dificuldade do seu diagnóstico, que envolve uma equipe multidisciplinar.





PONTOS
CONTRA

A dislexia no contexto escolar

A dislexia é um distúrbio que se constitui em um dos mais sérios desafios sociais e educacionais hoje. Trata-se de uma específica dificuldade de aprendizado da linguagem em leitura, soletração, escrita, em linguagem expressiva ou receptiva, em razão e cálculos matemáticos, como na linguagem corporal e social.

O saber semântico ocupa um espaço mental de acordo com os estudos de Lecours e Parente (1997). Com a condição de não ultrapassar sua capacidade de memória imediata, alguns disléxicos podem repetir frases sem compreender seu significado. Porém, como vivemos numa cultura, não podemos desassociar os resultados de uma interpretação das particularidades das pessoas que os produzem. A história precisa ser resgatada ao interpretar um texto, pois

Pensar historicamente, quer dizer, realizar a conversão que acontece aos conceitos do passado, quando neles procuramos pensar. Assim, temos um redirecionamento epistemológico ao reabilitar os pré-conceitos e a tradição como elementos indissolúveis do ato de interpretar e compreender. (SANTUÁRIO, 2002).

Embora seja uma doença neurológica e sem cura, a dislexia pode ser superada em até 80% de seus sintomas com a ajuda do docente em sala de aula, despertando sua “autonomia” por meio do estímulo à “autoprodução” e organização. Os disléxicos, assim como os alunos considerados “normais”, são sujeitos, ao mesmo tempo, produtos e produtores. Mas eles não são independentes, criando assim uma “autonomia-dependência” com os educadores, familiares e ambiente em que vivem, numa relação de troca de saberes.

Os professores que conseguem suspeitar dos sintomas e sugerir um encaminhamento clínico para a criança precisam ir além e buscar novos significados para as práticas pedagógicas. Devem gerar um diálogo constante com seus alunos num processo de negociação do conteúdo a ser ministrado, como meio de flexibilização do currículo formal, por meio da mudança de paradigmas já existentes. O docente deve perceber os erros dos alunos, tornando-se essa percepção um patamar do processo de conhecimento.

Tardif (2004) ressalta que o professor trabalha com sujeitos e em função de um projeto: transformar os alunos, educá-los e instruí-los. Ensinar, segundo ele, é agir com outros seres humanos papéis recíprocos, modificados por expectativas





PONTOS
CONTRA

negociadas. O saber se manifesta por meio de relações complexas entre o professor e seus alunos. Nesse caso, a prática do professor, por mais original que seja, ganha sentido somente quando colocada em destaque em relação à situação coletiva de trabalho. Um professor nunca define sozinho e em si o seu próprio saber profissional. Conforme o autor, esse saber “é produzido socialmente, resulta de uma negociação entre diversos grupos” (p. 12).

A dislexia é uma condição que pede aos professores que se dediquem muito ao aluno, ao longo do tratamento, a qual envolve em partes iguais a escola, a família e os profissionais de saúde. As dificuldades de aprendizagem devem ser, então, entendidas sob enfoque múltiplo, considerando os fatores de ordem psicológica, pedagógica e social. Nesse sentido, resgata-se o operador que trabalha a reintegração do sujeito no processo de construção do conhecimento, ressaltando que o sujeito, em relação à sua compreensão a respeito do objeto no processo ensino-aprendizagem, é conduzido e modificado pelo ambiente. Desse modo,

Os processos de formação dão-se a conhecer, do ponto de vista do aprendente, em interações com outras subjetividades. Os procedimentos metodológicos ou, se preferirmos, as práticas conhecimento postas em jogo numa abordagem intersubjetiva do processo de formação sugerem a oportunidade de uma aprendizagem experiencial por meio da qual a formação se daria a conhecer. (JOSSO, 2004, p. 38).

Daí a necessidade da interação sujeito-objeto, mas em observância à “ecologia da ação”, por meio da qual os alunos possam expandir suas idéias. Quando as idéias e ações se expandem, passam a fazer parte da aleatoriedade, da incerteza e da imprevisibilidade do ambiente natural e cultural. Assim, a ação deixa de pertencer a seu autor. Ela não depende somente da intenção dele, mas também das condições peculiares do ambiente no qual ela acontece.

Segundo Morin (1997), a partir do momento em que lançamos uma ação no mundo, essa vai deixar de obedecer às nossas intenções, vai entrar num jogo de ações e interações no meio social em que acontece, e segue direções, muitas vezes, contrárias daquelas que era nossa intenção. E é nesse aspecto que o papel do professor é importante, porém sem se esquecer de que nunca estamos certos se nossas boas intenções gerarão boas ações. Logo, o educador precisa possibilitar ao discente estratégias que o permitam corrigir determinadas ações e leva-lo à percepção de que

a realidade é aquilo que observamos, sentimos e pensamos em relação ao que observamos, além de que tudo é incerto e imprevisível e sujeito a mudanças.





PONTOS CONTRA

As ações freqüentemente escapam ao controle de seus autores e produzem efeitos inesperados e às vezes até opostos aos esperados. (MARIOTTI, 2007, p. 19).

Logo, segundo Mariotti, é preciso estabelecer uma relação com a realidade, interagir, trocar e conviver. Nesse caso, o *feedback* é crucial para que se possa manter as relações harmoniosas, o que estabiliza os comportamentos e, com eles, o clima grupal. Com isso, ter-se-ia a “noção de sistema”, em que um todo organizado produz qualidade e propriedade que não existem nas partes isoladas. “É necessário ter um pensamento que possa conceber o sistema e a organização, pois tudo que conhecemos é constituído da organização de elementos diferentes” (MORIN, 1997).

Considerações finais

A preocupação com o diagnóstico e a prática docente diferenciada com o aluno portador de dislexia parece, ainda, estar apenas no ensino fundamental, passando despercebida pelos docentes no ensino médio. Talvez porque, nessa fase, o discente, por ser considerado “mais maduro” e, supostamente, mais responsável por suas tarefas, torna-se mais distante dos pais e dos professores durante o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, alunos disléxicos não diagnosticados, em face às novas exigências do ensino, podem simplesmente abandonar a escola e, assim, sequer chegar ao ensino médio.

Ainda há muito o que se explorar sobre a dislexia. Os professores não podem simplesmente ignorar esse problema, visto que o fracasso escolar pode estar associado a esse distúrbio, levando o aluno à reprovação e até mesmo à evasão escolar, tanto no ensino médio quanto no superior. Além disso, o sofrimento das pessoas com dislexia pode arrastar-se por vários anos, traduzindo-se por problemas de comportamento no mercado de trabalho.

A dislexia é um fator que pode desencadear problemas de aprendizagem nos estudantes tanto do ensino fundamental quanto do médio. Entretanto, caso esse distúrbio seja diagnosticado precocemente e tratado com os profissionais de saúde, em conjunto com a escola, a família e a comunidade, pode deixar de representar um risco à vida acadêmica desses alunos.



Novas políticas públicas são necessárias para viabilizar o processo de identificação e acompanhamento dos alunos disléxicos nas escolas públicas, assim como a inclusão dos operadores cognitivos nos currículos escolares, além da preocupação com o estudante disléxico, que envolve atenção individualizada, práticas pedagógicas inovadoras e vontade de democratização do ensino por parte do professor. Temos, portanto, de estar abertos a mudanças, quebrando os paradigmas já existentes, visto que as certezas são provisórias, o docente, junto com aluno, deve pensar na humildade da busca.

Para isso, é preciso repensar o currículo dos cursos de licenciatura. Os profissionais de educação, principalmente os professores e orientadores pedagógicos, precisam sair dos cursos de formação inicial com conhecimento básico sobre esse assunto e uma visão humanista para construção de novos valores, além de cursos de capacitação permanentes, para que sejam capazes de perceber os sintomas da dislexia e possibilitar o pleno desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes disléxicos.

Referências

- CONDEMARIN, Mabel; BLOMQUIST, Marlys. **Dislexia** – Manual de leitura corretiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. Trad. José Cláudio e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.
- LECOURS, André Roch; PARENTE, Maria Alice de Mattos. **Dislexia** – Implicações do Sistema de Escrita do Português. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.
- MARIOTTI, Humberto. **Os Operadores Cognitivos do Pensamento Complexo**. Pensamento Complexo: sua Aplicações à Liderança, à Aprendizagem e ao Desenvolvimento Sustentável. Humberto Mariotti S. Paulo: Atlas, 2007.
- MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**. História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2001.
- MORAES, M. C; TORRE, S. L. **Sentipensar**: Fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. v.1. 175.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- _____. Complexidade e Ética da solidariedade. **Ensaio de Complexidade**. Org. Gustavo de Castro, Edgard de A. Carvalho, Maria da Conceição de Almeida. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- SANTUÁRIO, Luiz Carlos. A Lingüisticidade do Compreender na Hermenêutica de Gadamer. **Fenomenologia Hoje II** – Significado e Linguagem. Org. Ricardo Timm e Nythamar Fernandes



PONTOS
CONTRA

de Oliveira. Coleção Filosofia – 149. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed.. Petrópolis: Vozes, 2004.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos. UNESCO: Brasília, 1990.

